



ID: 22761646

14-11-2008

Conferência CILEA/CTOC foca desafios da globalização

Contabilista é um recurso que as empresas estão a desperdiçar

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

O papel das PME no desenvolvimento das economias é reconhecidamente de igual importância nos países da América do Sul integrados no Mercosul. A conferência CILEA/CTOC deu a conhecer exemplos oriundos da Argentina e do Brasil, este último onde a PME merece mesmo um estatuto jurídico próprio, consagrado na Constituição. Por outro lado, a conferência deu ainda a conhecer qual o papel que poderá estar reservado às PME no contexto da globalização, face às grandes empresas multinacionais.

A conferência, organizada pelo Comité de Integração Latino Europa América, conferiu a oportunidade de conhecer a realidade económica das pequenas e médias empresas da América Latina e a sua relação com a contabilidade no universo específico do Mercosul. Assim, o argentino Norberto Barbión afirmou que, desde há 20 anos a esta parte, os condicionalismos de desenvolvimento económico daquele país conduziram à prática do que designou "contabilidade burocrática".

Esta não é mais do que a contabilidade que providencia "informação para pagar impostos", desprezando o seu papel na organização das empresas. "Creio que o contabilista é um recurso que as empresas estão a desperdiçar", mesmo porque as PME, apesar de poderem não ambicionar fortes crescimentos, "estão em constante desenvolvimento, com as crises próprias destas etapas evolutivas".

Aquele técnico citou um exemplo: "As relações com os fornecedores são difíceis, com aumento de custos de aquisição e menor qualidade", sendo-lhes também difícil a obtenção de financiamento, estando "em desvantagem comercial perante as grandes empresas". Assim, a figura do contabilista merece especial importância na estrutura organizativa das PME, "como um consultor de empresas gerando informação



útil para o empresário". Ao técnico caberá assim não apenas "cumprir a sua função contabilística, mas também ajudar a prever futuros cenários".

As PME como criadoras de emprego

Por seu turno, o brasileiro José

Maria Mendes deu conta do tratamento diferenciado que as micro e pequenas empresas merecem no sistema jurídico e económico daquele país, começando pela própria Constituição, que guarda para as PME um estatuto jurídico diferenciado, visando incentivá-las.

Neste âmbito, o Brasil possui,

entre outros, "um regime de comércio simplificado, um registo providenciário e trabalhista isento das obrigatórias acessórias relativas à fiscalização do trabalho, um regime simplificado de fiscalidade ou o apoio creditício das instituições oficiais".

O regime de tributação simplificado consiste na "aplicação de um percentual sobre a facturação mensal das empresas, que pode ir de 3% para microempresas de comércio e serviços e 3,5% para indústrias até 9% ou 9,5%, em função dos diferentes escalões de facturação. Considera-se microempresas aquela que regista um volume anual de negócios não superior a 114.285 dólares e pequenas empresas com facturação não superior a 1.142.850 dólares. Estas prestações incluem "diferentes contribuições, como o imposto de renda de pessoa jurídica e segurança social".

O grande objectivo, segundo José Mendes, é o de promover a criação de emprego. Segundo o SEBRAE, serviço brasileiro não governamental de apoio às PME, o Brasil atingirá 8,8 milhões de micro e pequenas empresas em

Dimensão não é sinónimo de eficiência

No contexto da globalização, as PME assumem papel predominante como factor de competitividade. Segundo o economista e académico Alberto Castro, as PME, apesar de constituírem o grosso do tecido empresarial e serem as grandes responsáveis pela criação de emprego, numa taxa que ronda os 75%, possuem "uma produtividade abaixo da média", registando-se porém "diferentes situações de produtividade". Aquele especialista pretendeu sobretudo desfazer alguns mitos que rodeiam as PME e as empresas em geral, nomeadamente quando se refere que "para competir é preciso ser grande", o que engloba os mitos dos chamados "campeões nacionais" e "centros de decisão nacionais".

Alberto Castro considera que "dimensão não é sinónimo de eficiência" e que "muitos campeões nacionais não passaram de exercícios de delapidação de capitais". Por isso, refere, "o problema das PME não é serem pequenas, mas sim a forma como se posicionam no contexto global". E acrescenta que "crescer não é um desígnio único das PME", pois existem as que "escolhem serem excelentes em vez de serem grandes". E dá ainda exemplos de empresas de grande dimensão que "têm vindo a organizar-se como PME".

O professor pretendeu assim mostrar os prós e contras das PME "versus" as grandes empresas, salientando que as primeiras são "mais flexíveis mas por vezes com grande informalidade", com "maiores taxas de crescimento mas também de mortalidade", "maior criação de emprego mas recursos humanos menos qualificados e preços mais altos", "mais inovação mas limitações na difusão", "mais habituadas à concorrência mas de tentação proteccionista".

Por isso, concluiu, às PME faltam "maiores competências de gestão, financiamento adequado e não caírem no isolamento". Estas precisam ainda de "uma cultura de concorrência e uma envolvente amigável, que as compreenda". Porque "as PME são parte da solução mas não são uma panaceia".

2015. Em 2004, destacou, 98% das empresas brasileiras eram micro e pequenas empresas, e apenas 2% eram médias e grandes empresas. Porém, estas últimas representavam 97,3% das exportações.

ABERTURA DE CAPITAL GERA DILEMAS NA PME FAMILIAR

Os dilemas que se colocam às empresas familiares no seu processo de desenvolvimento foi outro dos temas focados. Segundo a especialista Helena Oliveira, "a abertura de capitais a novos investidores que não pertençam à família gera dilemas entre os seus proprietários". "A relação entre propriedade e direcção gera um processo de tomada de decisões mais complexa". Na sua perspectiva, "a PME necessita de uma estruturação para se desenvolver", sendo que a "empresa familiar possui recursos intangíveis importantes", bem como "capacidade para fundamentar o seu êxito a longo prazo".

Esta especialista alerta, porém, para "os diferentes objectivos e regras" entre a família e a empresa, gerando "confusão das relações económicas básicas, mistura de propriedade de capitais com capacidade para dirigir" ou mesmo a existência de duas organizações paralelas. Em última instância, poderá mesmo gerar dificuldades com a "sucessão".





ID: 22761668

14-11-2008

Profissionais da contabilidade garantem

PME deixaram de ser parentes pobres do tecido económico



Para Domingos de Azevedo, as PME "mercem especial atenção por parte do poder político".

As pequenas e médias empresas, ao longo dos anos, têm sido encaradas como as parceiras pobres do tecido empresarial nacional. O que se passa é exactamente o contrário. Tornou-se evidente a sua importância para a estabilidade económica e social na nossa sociedade. Domingos de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), chamou a atenção para o facto de as PME representarem cerca de 95% da estrutura empresarial portuguesa.

Ficou claro no XVII Seminário Internacional de Países Latinos da Europa e América, que encheu por completo o auditório do Europarque, que, por razões economi-

cistas, existia a megalomania das grandes empresas. Esta postura mudou ao longo dos tempos, não só em Portugal como a nível europeu. Os interesses são também outros, com as PME a revelarem-se, não raras vezes, mais resistentes aos períodos de crise.

O presidente da CTOC espera que agora as coisas tomem um rumo completamente diferente. "As decisões dos governos iam sempre no sentido de apoiar as grandes empresas. Entretanto, muito se deve à União Europeia, já que foram criados mecanismos específicos de apoio às empresas de menores dimensões. Ficou claro que as PME têm uma elevada capacidade para sobreviverem no

mundo da globalização. Neste contexto, merecem especial atenção por parte do poder político."

Acontece que os técnicos oficiais de contas têm um papel importante a desempenhar neste novo modelo empresarial. Basta ter em conta que, com frequência, aqueles profissionais são os únicos técnicos dentro das empresas e podem ter um peso determinante ao nível da sua gestão. Importa agora que o profissional esteja em condições de desempenho de acompanhamento das empresas.

Perante este cenário, durante os trabalhos houve consenso quanto à necessidade de as normas internacionais de contabilidade (NIC) também se aplicarem às empresas

de menores dimensões. De facto, só assim será possível uma participação mais activa nos mercados de capitais, a par de um acesso mais simples ao financiamento. Além disso, não são poucas as PME que operam nos mercados internacionais, pelo que a adopção de NIC específicas se justifica plenamente, como fez notar José Maria Mendes, vice-presidente do Comité de Integração Latino Europa América (CILEA).

PME responsáveis por dois milhões de postos de trabalho

Manuel Caseirão, revisor oficial de contas, referiu a importância da contabilidade nas PME. Sobretudo tendo em conta que estas empresas geram cerca de dois milhões de postos de trabalho em Portugal e são responsáveis por uma parte muito importante das receitas globais. Assim, "a competência técnica e a capacidade competitiva assumiram um peso determinante na sua actividade. Este tipo de empresas, por exemplo, deve estar em condições para estabelecer parcerias. Não menos importante é o governo da sociedade, como são os casos da gestão do risco ou o plano de sucessão.

Foi ainda referida a vertente da informação para a gestão. A contabilidade serve para medir o desempenho. "As empresas não podem pagar impostos sobre resultados que não existem". Também com o Basileia II será mais difícil o acesso ao crédito. Uma situação que pode ser superada, a partir do momento em que existir uma boa

contabilidade, na óptica de Manuel Caseirão. Enfim, o TOC, por seu lado, deverá assumir-se como um parceiro na tomada de decisões dos empresários.

O docente universitário Ezequiel Fernandes apresentou um trabalho sobre quatro vertentes tidas como determinantes para a actividade das PME, designadamente conhecimento, capacidade de mudança, tecnologia e tempestividade. Quanto ao TOC, neste novo cenário, tem que prestar as necessárias garantias de satisfação do interesse público.

Existem aspectos que são essenciais, no sentido de o profissional ter um desempenho adequado às suas funções. Aponta aspectos como uma sólida formação de base, a actualização constante dos conhecimentos técnicos, a consistência de princípios, a capacidade de comunicação e competências para a resolução de novos problemas. "O que está em causa é, afinal, a saúde financeira das PME, a defesa do interesse público e a própria credibilidade dos profissionais de Contabilidade."

Finalmente, o também docente universitário Francisco Regateiro falou sobre um tema que tem especial importância na organização destas empresas, a informática "informada". De facto, referiu que a informática deve ser sempre considerada no alinhamento estratégico de qualquer tipo de empresa. "A gestão de sistemas de informação contribui para que o investimento em tecnologia seja acompanhado por resultados."

GUILHERME OSSWALD
guilherme@vidaeconomica.pt



Daniel Bessa critica política dos anos noventa

Portugal adoptou modelo de crescimento errado e de graves consequências

O modelo de crescimento adoptado, em Portugal, nos anos noventa, era in comportável e representou um erro de graves consequências. Daniel Bessa, ex-ministro da Economia, um dos oradores no seminário promovido pela CTOC, teceu críticas aos sucessivos governos que desenvolveram um modelo de crescimento assente no consumo.

Qualquer país deverá ter como principal objectivo aumentar as exportações e investir no conhecimento, rejeitando um modelo em que a economia cresce por via do consumo. Chega-se a um dado momento em que tal se revela um erro de graves consequências, como sucedeu no nosso país. Bessa lamenta as proporções que esta política tomou. Felizmente, houve uma inversão nos últimos anos, estando a ser feito um esforço para corrigir a linha

de crescimento. Apesar de tudo, houve melhorias no desempenho da economia, em termos de controlo de custos.

Daniel Bessa revelou-se, todavia, bastante preocupado com a actual crise financeira e deixou claro que não há um fim à vista. Uma coisa é certa, não vamos escapar a uma alteração radical no funcionamento do sistema financeiro. E estamos perante um problema novo e não menos grave: não há capital. Podem existir excelentes projectos na calha, a questão que se coloca é onde se irá arranjar o dinheiro necessário. Todos estão a contribuir para a redução do capital circulante.

Um outro grande motivo de preocupação para Daniel Bessa é que os Estados Unidos recusaram a limpeza e a purga. Estão a colocar no património do Estado activos com valores abaixo dos de-

clarados. Foi com este tipo de estratégia que o Japão foi obrigado a andar 20 anos a limpar balanços.

Ainda assim, admite que, de momento, o sistema financeiro está salvo. Se não tivessem sido tomadas medidas imediatas, talvez se tivesse assistido ao colapso do sistema financeiro. Esteve-se perto de uma catástrofe de dimensões inimagináveis, lembrou o docente universitário. E chamou a atenção para o facto de esta crise ter características muito diferentes de outras anteriores. O problema não teve a ver com custos, mas com a solvabilidade do sistema financeiro. Acabou de se chegar a um problema de falta de liquidez. A situação actual terá grandes reflexos a todos os níveis e não se saberá até quando. O sistema financeiro foi salvo "in extremis", de acordo com Daniel Bessa.



O ex-ministro Daniel Bessa lembra que a crise financeira não tem data marcada para chegar ao fim.